



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



FLAVIO FERNANDES DA SILVA

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO SOB A PERSPECTIVA DE LOJISTAS DE
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2025

FLAVIO FERNANDES DA SILVA

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO SOB A PERSPECTIVA DE LOJISTAS DE
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Professora Esp. Carla Vieira Fagundes Leão

GOIÂNIA-GO

2025

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO SOB A PERSPECTIVA DE LOJISTAS DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

COMMUNITY POLICING FROM THE PERSPECTIVE OF RETAILERS IN ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Flavio Fernandes da Silva¹
Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

O policiamento comunitário configura-se como estratégia de segurança pública orientada à interatividade entre polícia e sociedade, com vistas à prevenção de delitos e ao fortalecimento da confiança institucional, especialmente em municípios com expansão urbana acelerada como Águas Lindas de Goiás. O estudo analisou a percepção de lojistas e comerciantes sobre a eficácia dessa abordagem, com objetivo geral de examinar as perspectivas desse grupo quanto às ações policiais e objetivos específicos de identificar fatores associados à eficácia, avaliar níveis de proximidade com a Polícia Militar e investigar impactos na prevenção de criminalidade em áreas comerciais. A metodologia adotou abordagem qualitativa complementada por análise bibliográfica, com coleta de dados via questionário estruturado acessado por QR Code, aplicado a 121 participantes de forma anônima e voluntária, conforme princípios éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e análise de conteúdo em planilhas Excel para categorização temática.

Palavras-chave: Policiamento Comunitário; Lojistas; Segurança Pública; Prevenção De Criminalidade; Águas Lindas de Goiás.

Abstract

Community policing constitutes a public security strategy directed toward interactivity between police and society, aimed at crime prevention and institutional trust strengthening, particularly in municipalities with accelerated urban expansion such as Águas Lindas de Goiás. The study examined the perception of retailers and merchants regarding the effectiveness of this approach, with the general objective of analyzing perspectives of this group on police actions and specific objectives of identifying factors associated with effectiveness, assessing levels of proximity with the Military Police, and investigating impacts on crime prevention in commercial areas. The methodology adopted a qualitative approach complemented by bibliographic analysis, with data collection via structured questionnaire accessed by QR Code, applied to 121 participants anonymously and voluntarily, in accordance with ethical principles of Resolution No. 466/2012 from the National Health Council, and content analysis in Excel spreadsheets for thematic categorization.

Keywords: Community Policing; Retailers; Public Security; Crime Prevention; Águas Lindas de Goiás.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Email: flaviofernandess@yahoo.com.br Telefone: (61) 98598-9130.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduada em Ciências Contábeis. Especialista em Análise Criminal. Email: carlavieirafagundesleao@gmail.com. Telefone: (62) 98175-9871.

1 INTRODUÇÃO

O policiamento comunitário traduz-se numa estratégia de segurança pública que busca a interatividade entre a polícia e a comunidade, com o escopo de reduzir a criminalidade e promover a confiança nas instituições policiais. Em cidades como Águas Lindas de Goiás, caracterizada por um crescimento urbano acelerado e desafios socioeconômicos, a percepção dos comerciantes sobre as ações policiais pode influenciar a eficácia dessas iniciativas. Pesquisas prévias sobre policiamento comunitário, como as discutidas por Bayley (2002), apontam que a aceitação e a colaboração da comunidade são fundamentais para reduzir índices criminais.

No contexto de Águas Lindas, a ausência de estudos focados na perspectiva dos lojistas representa uma lacuna no entendimento das dinâmicas locais de segurança. Estudos indicam que o envolvimento de grupos específicos, como lojistas, é determinante para o sucesso do policiamento comunitário, pois esses atores vivenciam diretamente os impactos da criminalidade em suas atividades. A pesquisa sobre a percepção desses grupos torna-se, portanto, um elemento-chave para avaliar e fortalecer as práticas policiais.

A análise da percepção dos lojistas de Águas Lindas de Goiás sobre o policiamento comunitário justifica-se pela relevância de compreender as perspectivas de um grupo diretamente afetado pela criminalidade. Os comerciantes, por sua exposição a crimes como furtos e roubos, são atores estratégicos para avaliar a eficácia das ações policiais e identificar barreiras à implementação do policiamento comunitário. Este estudo busca fornecer dados que orientem a Polícia Militar de Goiás na adaptação de suas estratégias, promovendo uma maior integração com a comunidade comercial e contribuindo para a diminuição da criminalidade no município.

O trabalho justifica-se, também, pela possibilidade de oferecer subsídios para o fortalecimento das políticas de prevenção criminal. A compreensão das percepções dos lojistas pode revelar limitações nas abordagens atuais, como a falta de diálogo ou a insuficiência de patrulhamento em áreas comerciais. Ao abordar essas questões, a pesquisa alinha-se aos objetivos da Polícia Militar de Goiás de promover a segurança por meio de estratégias colaborativas, beneficiando tanto a comunidade quanto a eficácia operacional da instituição.

O problema a ser investigado versa sobre a seguinte questão: como os lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás percebem a eficácia do policiamento comunitário em suas áreas de atuação, e quais fatores influenciam essa percepção? O objetivo geral consiste em analisar a percepção dos lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás sobre a eficácia do policiamento comunitário. Os objetivos específicos abrangem identificar os principais fatores que os lojistas associam à eficácia do policiamento comunitário, avaliar o nível de proximidade

entre os comerciantes e a Polícia Militar no contexto do policiamento comunitário e examinar os impactos percebidos do policiamento comunitário na prevenção da criminalidade em áreas comerciais.

2 REVISÃO TEÓRICA

Conceitualmente, policiamento comunitário pode ter muitos significados, Bayley (1998), sintetizou esses conceitos a partir de alguns elementos: elaboração de pesquisas junto a comunidade sobre os problemas e soluções adequadas; adoção de estratégia específica para problemas singulares; atuação conjunta da comunidade para autodefesa e repostas aos problemas que geram delinquência; concentração das ações para o enfrentamento de problemas que desencadeiam crimes e desordem de forma preventiva.

O policiamento comunitário constitui abordagem de segurança pública que busca estabelecer interação direta entre policiais e a comunidade, com o propósito de prevenir a criminalidade e fortalecer a confiança nas instituições policiais.

Bayley (2002) examina padrões internacionais de policiamento, destacando que a colaboração comunitária eleva a eficácia das ações preventivas, enquanto Bohn (2013) analisa a transição da polícia tradicional para a polícia cidadã, enfatizando a necessidade de proximidade como elemento estrutural.

A relação entre desorganização social e criminalidade reforça a relevância do policiamento comunitário como instrumento de prevenção. No mesmo sentido, os autores Filho e Frota (2023) investigam a influência da desorganização social na criminalidade, sugerindo que o policiamento comunitário pode mitigar esses efeitos por meio da integração social, e Silva e Borba (2018) exploram sua aplicação como política pública para a efetivação do direito à segurança em Santa Cruz do Sul-RS, apontando a participação ativa da comunidade como fator determinante.

A percepção dos grupos comunitários, como lojistas, sobre a eficácia do policiamento comunitário oferece perspectiva valiosa para avaliar sua implementação. Para Rodrigues (2024), a construção de relações de confiança depende da frequência das interações positivas, o resultado da pesquisa sociográfica no Jardim Botânico realizada por Policene *et al.* (2013), indica que a aceitação local varia conforme a visibilidade das ações policiais.

Nunes e Scamati (2025) discutem a integração de tecnologias avançadas e policiamento comunitário em cidades inteligentes, sugerindo que a percepção de segurança em áreas comerciais pode ser influenciada por infraestrutura e patrulhamento direcionado. Vantropa et al.

(2023) reforçam essa análise ao examinar a aproximação com a comunidade, destacando que a redução da criminalidade exige diálogo contínuo, ao passo que Fernandes (2021) avalia o potencial do policiamento comunitário na diminuição do uso da força, apontando que a percepção positiva dos comerciantes pode depender de práticas menos repressivas.

Os dilemas operacionais enfrentados pelos policiais impactam a eficácia do policiamento comunitário. Barbosa (2021) investiga os desafios no Ceará, identificando que a busca e a evitação da ação policial geram tensões que dificultam a proximidade com a comunidade, enquanto Previdi e De Moraes (2023) analisam o policiamento de proximidade no bairro Cidade Industrial de Curitiba, sugerindo que a falta de padronização pode limitar resultados. Silva e Junior (2025) comparam policiamento de proximidade e comunitário, salientando a evolução dessas práticas e sua adequação à representatividade legal do Estado, e Vieira (2024) reforça essa discussão ao examinar a aplicabilidade no contexto brasileiro, apontando que a percepção dos lojistas pode ser afetada por barreiras institucionais.

A interação entre polícia e comunidade comercial constitui elemento central para a prevenção da criminalidade. Silva e Borba (2018) sugerem que o envolvimento dos comerciantes em Santa Cruz do Sul-RS fortalece a segurança local.

Policene *et al.* (2013) revelam que a frequência de contatos diretos com lojistas influencia a confiança, e Rodrigues (2024) observa que a ausência de diálogo pode reduzir a adesão às estratégias comunitárias. Esses estudos sugerem que a percepção dos lojistas em Águas Lindas de Goiás pode refletir tanto a qualidade das interações quanto a capacidade da Polícia Militar de Goiás (PMGO) de atender às demandas específicas do comércio.

No contexto do estado de Goiás, estudos empíricos reforçam a pertinência do policiamento comunitário para a redução da criminalidade. Almeida Neto e Costa (2018), em pesquisa conduzida em Cidade Ocidental, destacam que práticas como visitas comunitárias a residências, estabelecimentos comerciais, órgãos públicos e ações solidárias, aliadas à implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), contribuem significativamente para a diminuição dos índices de criminalidade. A pesquisa, baseada em entrevistas com policiais do 33º Batalhão de Polícia Militar, evidencia que a proximidade com a comunidade, adaptada às particularidades locais, como a alta mobilidade populacional devido à proximidade com o Distrito Federal, fortalece as estratégias preventivas.

Em Aparecida de Goiânia, Viana e Vilarinho (2023) investigaram a percepção dos policiais militares sobre a eficácia do policiamento comunitário, utilizando questionários aplicados a membros do 45º Batalhão de Polícia Militar e da Companhia de Policiamento Especializado. Os resultados indicam que a colaboração com a comunidade, potencializada pelo

uso de redes sociais como ferramenta de interação, promove uma visão mais humanizada da PMGO e incentiva a participação cidadã na prevenção de crimes. A pesquisa destaca que a legitimidade policial não se restringe à repressão, mas abrange a garantia de direitos constitucionais e a resolução de conflitos por meio do diálogo.

Em Cristalina, Lacerda e Souza (2018) analisaram os desafios da implementação do policiamento comunitário em um contexto urbano, apontando que a rotina acelerada dos moradores e o receio de retaliações por parte de infratores dificultam o engajamento comunitário, especialmente em áreas comerciais. Os autores defendem que a participação ativa da população é indispensável para identificar problemas sociais que favorecem a criminalidade, como o tráfico de drogas e os distúrbios sociais. A pesquisa sugere que a superação de barreiras culturais, por meio de ações educativas e preventivas, é necessária para construir confiança mútua onde fatores semelhantes podem limitar a interação com lojistas.

Sousa Filho (2024), que, por meio de uma abordagem quantitativa com questionários aplicados a policiais militares em Goiás, demonstrou que a implementação consistente do policiamento comunitário resulta em uma redução significativa das taxas de criminalidade em localidades onde é plenamente adotado. O estudo destaca que a colaboração entre polícia e comunidade, apoiada por iniciativas educativas e pela visibilidade policial, cria um ambiente de maior segurança. A pesquisa aponta que a adesão contínua dos policiais aos princípios comunitários, sustentada por treinamento especializado e políticas públicas, é um fator determinante para a eficácia.

A integração de práticas educativas no policiamento comunitário fortalece a conscientização sobre segurança pública. Almeida Neto e Costa (2018) destacam que o PROERD, ao envolver comerciantes, escolas e associações locais em Cidade Ocidental, cria um ambiente de cooperação que reduz a incidência de crimes em áreas de alta circulação, como centros comerciais. Essa abordagem educativa complementa o patrulhamento ostensivo, ampliando a percepção de segurança.

Os fatores que influenciam a percepção dos lojistas incluem a frequência de patrulhamento e a qualidade das interações. Rodrigues (2024) e Policene *et al.* (2013) observam que a presença policial regular fortalece a confiança, assim sendo, a confiança passa a ser resultado da interação, de maneira oposta, a evitação da ação policial pode gerar desconfiança, conforme Barbosa (2021).

A prevenção da criminalidade em áreas comerciais depende da percepção de eficácia do policiamento comunitário. Bayley (2002) e Bohn (2013) argumentam que a colaboração local reduz a incidência delitiva, diferentemente, Filho e Frota (2023) correlacionam a desorganização

social a maiores taxas de crimes, sugerindo que o policiamento comunitário pode atuar como contrapeso.

Segundo Fernandes (2021), a redução do uso da força melhora a aceitação pela comunidade, e Vantroba *et al.* (2023) apontam que a proximidade com lojistas diminui a vulnerabilidade a furtos e roubos. Previdi e De Moraes (2023) e Vieira (2024) destacam que o patrulhamento direcionado a áreas comerciais eleva a sensação de segurança.

Os pesquisadores Nunes e Scamati (2025) propõem que tecnologias como câmeras podem complementar o policiamento ampliando a interação entre sociedade e polícia, melhorando a resposta a crimes em áreas comerciais, no mesmo sentido, Nunes e Scamati (2025) assinalam que tecnologias podem reduzir vulnerabilidades

Silva e Borba (2018) enfatizam que a participação ativa dos comerciantes em reuniões comunitárias eleva a percepção de segurança. Esses elementos indicam que a Polícia Militar do Estado de Goiás deve ajustar suas estratégias para atender às expectativas locais em Águas Lindas de Goiás.

A eficácia operacional do policiamento comunitário depende da superação de barreiras institucionais. Barbosa (2021) aponta os dilemas operacionais como entraves, e Previdi e De Moraes (2023) sugerem que a falta de padronização prejudica a consistência. Silva e Junior (2025) e Vieira (2024) discutem a necessidade de adequação das práticas ao contexto legal, de forma similar Fernandes (2021) e Vantroba *et al.* (2023) enfatizam a importância de treinamento focado em diálogo.

Bayley (2002) e Bohn (2013) reforçam que a aceitação comunitária é pré-requisito para resultados, e Filho e Frota (2023) indicam que a desorganização social exige abordagens personalizadas, sugerindo que a PMGO deve priorizar a integração com lojistas para maximizar a prevenção. Em concordância, Silva e Junior (2025) sugerem que a evolução das práticas comunitárias deve considerar a diversidade regional.

Destaca-se a existência de alguns fatores que obstruem a implementação da polícia comunitária, os autores Barbosa (2021) e Previdi e De Moraes (2023) apontam a existência de limitações operacionais.

A cultura tradicional da polícia, que segundo Bohn (2013) inibe a aproximação da sociedade e a polícia. Para o autor, a centralização do comando também é um obstáculo, visto que o policial que atua diretamente com a comunidade, deve ter liberdade de ação, logo, o grau de centralização e hierarquia de uma organização militar está diretamente relacionado com a dificuldade de execução do policiamento comunitário.

O pesquisador defende, ainda, que a ausência de participação comunitária, aliada a falta de recursos são fatores que dificultam a efetivação do policiamento comunitário. E por último, destaca Bohn (2013), que a ausência publicidade no sentido de promoção institucional também está relacionada à dificuldade de implementação do programa.

Em síntese, aproximação da sociedade com a polícia, uso de tecnologias e as mudanças estruturais nas organizações policiais são instrumentos valiosos na prevenção de crimes. No tocante as mudanças institucionais, verificou-se que o aumento da incidência de crimes não poderia ser combatido com o modelo de polícia tradicional, ou seja, as práticas tradicionais de policiamento não são suficientes e eficazes no combate a delinquência. (Bohn 2013)

Por isso, o policiamento comunitário ideal deve levar em conta todos esses fatores para uma consecução plena dos objetivos que são a redução da criminalidade e o bem-estar social.

Assim, a ideia central deste trabalho é verificar a percepção dos lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás tendo como parâmetro os aspectos discutidos anteriormente.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, complementada por análise bibliográfica de estudos relacionados ao policiamento comunitário e à prevenção criminal. A coleta de dados primários será realizada por meio da disponibilização de QR Codes direcionando os participantes a um questionário estruturado, hospedado na plataforma Formulários Google. Antes da disponibilização do questionário foi realizada uma testagem com 6 alunos soldados do Comando da Academia da Polícia Militar.

A amostragem será do tipo não probabilística, sendo composta por lojistas e comerciários do município de Águas Lindas de Goiás. Os QR Codes serão afixados em pontos comerciais estrategicamente selecionados, visando alcançar o público-alvo de forma acessível e eficiente. O questionário abordará temas como a percepção dos participantes sobre a eficácia do policiamento comunitário, a frequência de interações com a Polícia Militar e os impactos percebidos na segurança das áreas comerciais.

A participação será voluntária, individual e anônima. Antes de iniciar o preenchimento, cada participante terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual explicita os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios, a garantia de confidencialidade das informações e a liberdade para interromper a participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Apenas após a leitura e o aceite do TCLE será

permitido o acesso ao questionário, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os dados coletados serão organizados em planilhas da plataforma Excel e submetidos à análise de conteúdo, com categorização temática das respostas. Essa análise buscará captar percepções subjetivas dos comerciantes, permitindo identificar fatores relevantes, avaliar o grau de interação com a Polícia Militar e examinar os impactos do policiamento comunitário na segurança local. A interpretação dos dados considerará as especificidades contextuais do município, assegurando uma avaliação sistemática e fundamentada das percepções obtidas e de sua relação com a efetividade das ações policiais na comunidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exame dos dados coletados revela padrões na percepção dos lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás sobre o policiamento comunitário, com ênfase na interação policial, prevenção criminal e fatores limitantes. Os resultados derivam de 121 respostas ao questionário, organizadas por temas, com integração à literatura para contextualizar as tendências observadas.

A amostra demonstra diversidade etária, com predomínio de participantes entre 25 e 34 anos, o que reflete uma composição de indivíduos em fase produtiva, suscetíveis a impactos diretos da criminalidade em atividades comerciais. A Figura 1 ilustra a distribuição etária dos respondentes, destacando que 33,88% se concentram entre 25 e 34 anos, enquanto faixas mais elevadas representam proporções equilibradas, totalizando uma amostra com perspectivas geracionais distintas.

Figura 1: Distribuição dos Respondentes por Faixa Etária



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

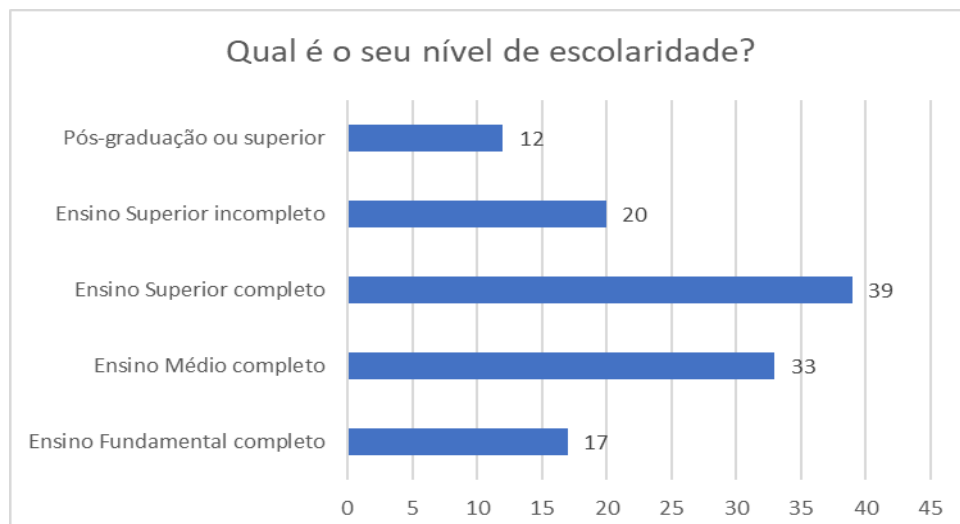
Essa distribuição etária, associada a níveis educacionais variados, permite inferir que as percepções decorrem de experiências acumuladas, alinhadas aos conceitos de Bayley (2002) sobre a influência da colaboração comunitária na prevenção de delitos, onde a interatividade entre polícia e sociedade emerge como vetor para redução de índices criminais em ambientes urbanos acelerados, como o de Águas Lindas de Goiás. Bayley (1998) complementa essa visão ao sintetizar elementos como pesquisas comunitárias e estratégias específicas para problemas locais, sugerindo que perfis etários jovens demandam abordagens adaptadas para fomentar confiança institucional.

Rodrigues (2024) argumenta que interações positivas com a polícia variam conforme a idade, com grupos mais jovens exibindo expectativas por proximidade digitalizada, e nesse contexto, os dados corroboram Policene et al. (2013), cuja pesquisa sociográfica no Jardim Botânico revela variações na aceitação local baseadas em visibilidade policial, onde faixas etárias intermediárias percebem maior eficácia em ações preventivas.

Nunes e Scamati (2025) estendem essa discussão ao propor integração de tecnologias em cidades inteligentes, argumentando que ferramentas como monitoramento remoto podem atender demandas de respondentes jovens, mitigando barreiras à confiança em áreas comerciais sujeitas a crescimento socioeconômico irregular.

Na Figura 2, observa-se que 32,23% dos participantes possuem ensino superior completo, seguido por ensino médio completo em 27,27%, configurando um perfil educacional que favorece análises críticas sobre estratégias policiais.

Figura 2: Distribuição dos Respondentes por Nível de Escolaridade



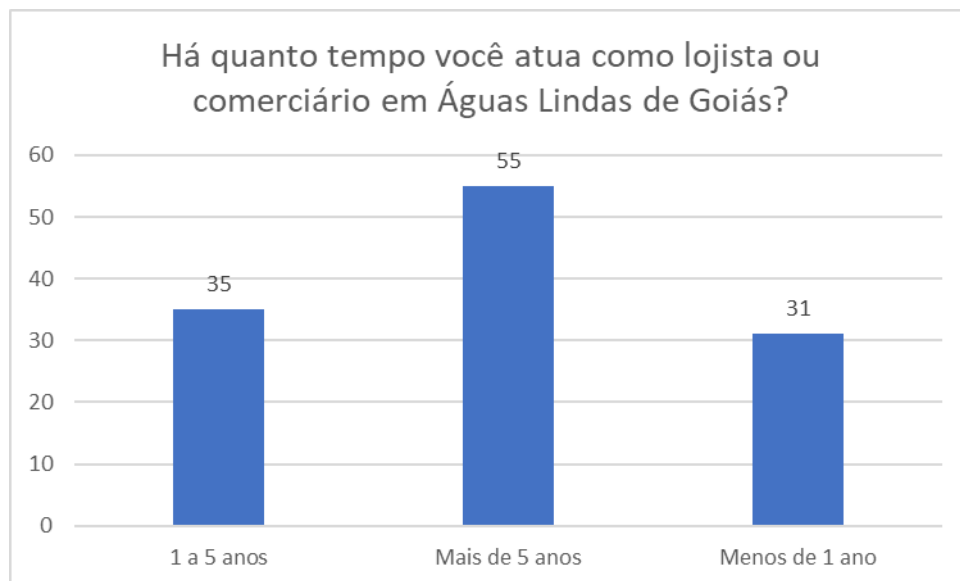
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Bohn (2013) relaciona níveis educacionais elevados à maior adesão a modelos de polícia cidadã, transição da abordagem tradicional repressiva para uma centrada na proximidade, e os resultados ecoam Barbosa (2021), que examina dilemas operacionais no Ceará, onde policiais enfrentam tensões entre busca e evitação de ação, impactando percepções de grupos com formação avançada.

Silva e Borba (2018) reforçam essa perspectiva ao analisar o policiamento comunitário como política pública em Santa Cruz do Sul-RS, destacando que educação comunitária facilita a efetivação do direito à segurança, permitindo identificar limitações institucionais semelhantes às observadas aqui.

A Figura 3 expõe que 45,45% atuam há mais de cinco anos no comércio, conferindo robustez às avaliações sobre dinâmicas criminais locais.

Figura 3: Tempo de Atuação como Lojista ou Comerciante



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Almeida Neto e Costa (2018) e Lacerda e Souza (2018) demonstram em estudos goianos que comerciantes com longa experiência contribuem para estratégias preventivas, como visitas comunitárias e programas educativos, e os dados alinham-se a Filho e Frota (2023), que investigam a influência da desorganização social na criminalidade, propondo o policiamento comunitário como instrumento de integração para contrabalançar vulnerabilidades persistentes

em municípios fronteiriços como Águas Lindas de Goiás, onde mobilidade populacional agrava exposições comerciais.

A análise prossegue com os tipos de crimes predominantes, onde furtos emergem como principal ameaça, afetando 57,02% dos estabelecimentos, seguido por roubos em 19,83%. Essa prevalência de delitos oportunistas indica falhas na prevenção ostensiva, conforme Bayley (2002) associa a criminalidade a ausências de patrulhamento integrado, e reflete padrões observados por Vantropa et al. (2023), que examinam a aproximação comunitária como ferramenta prática para redução de incidências em áreas de alta circulação.

A Tabela 1 detalha os crimes reportados, com furtos dominando o cenário, o que reflete exposições diárias em áreas comerciais e alinha-se a Vantropa et al. (2023), que propõem diálogo contínuo para mitigar riscos, comparável aos achados de Viana e Vilarinho (2023) sobre a necessidade de legitimidade policial via resolução de conflitos em contextos goianos, onde colaboração via redes sociais humaniza a atuação da PMGO.

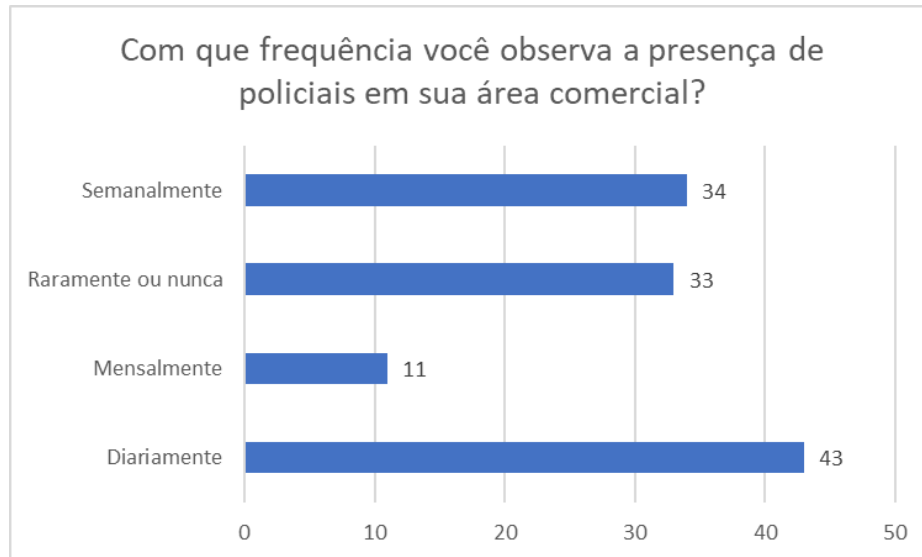
Tabela 1: Principal Tipo de Crime que Afeta o Estabelecimento Comercial

Tipo de Crime	Quantidade	Porcentagem (%)
Furtos	69	57,02
Roubos	24	19,83
Vandalismo	16	13,22
Estelionato	11	9,09
Não possui comércio	1	0,83
Total	121	100

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Figura 4 revela que 35,54% observam presença policial diária, mas 27,27% indicam raridade, apontando inconsistências no patrulhamento.

Figura 4: Frequência de Observação da Presença de Policiais na Área Comercial



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Policene et al. (2013) correlacionam visibilidade policial à aceitação comunitária em pesquisas sociográficas, e os resultados ecoam Previdi e De Moraes (2023), que analisam policiamento de proximidade em Curitiba, identificando falta de padronização como entrave à proximidade, sugerindo adaptações conforme Sousa Filho (2024), cuja abordagem quantitativa em Goiás demonstra redução significativa de criminalidade com implementação consistente e treinamento especializado.

Entre os fatores associados à eficácia do policiamento comunitário, a frequência de patrulhamento prevalece em 69,42%, seguido por interação com policiais em 47,93%, destacando elementos preventivos como centrais na percepção dos respondentes, ressonando com Bayley (1998), que sintetiza estratégias como elaboração de pesquisas comunitárias e atuação conjunta para autodefesa.

A Tabela 2 quantifica esses fatores, com patrulhamento como dominante, e Fernandes (2021) vincula tais elementos à diminuição do emprego de força pelas polícias militares, ampliado por Nunes e Scamati (2025) na aplicação de tecnologias para respostas incidentais em cidades inteligentes, onde infraestrutura direcionada eleva a percepção de segurança em zonas comerciais.

Tabela 2: Fatores Associados à Eficácia do Policiamento Comunitário

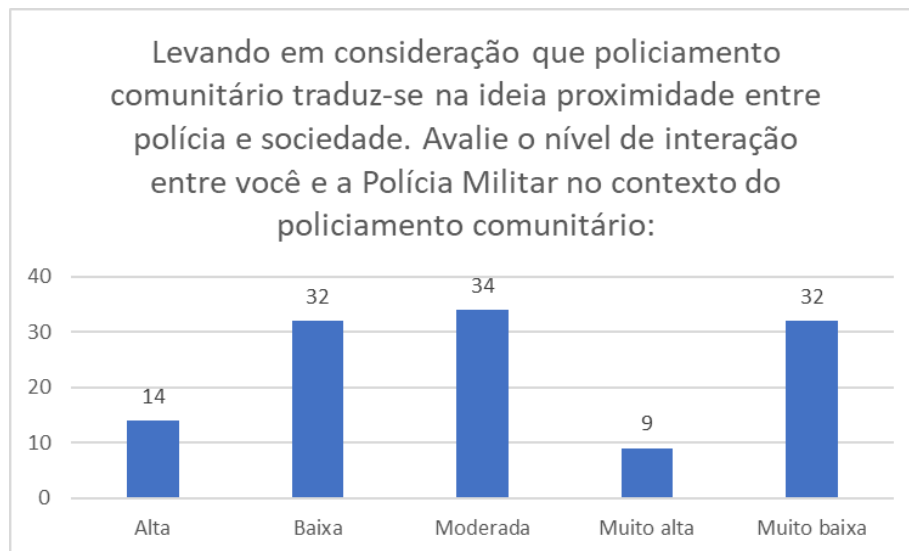
Fator	Quantidade	Porcentagem (%)
Frequência de patrulhamento	84	69,42
Interação com policiais	58	47,93

Resposta a incidentes	30	24,79
Outros	1	0,83

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Na Figura 5, níveis moderados ou baixos de interação somam 80,99%, evidenciando lacunas na proximidade polícia-comunidade.

Figura 5: Nível de Interação com a Polícia Militar

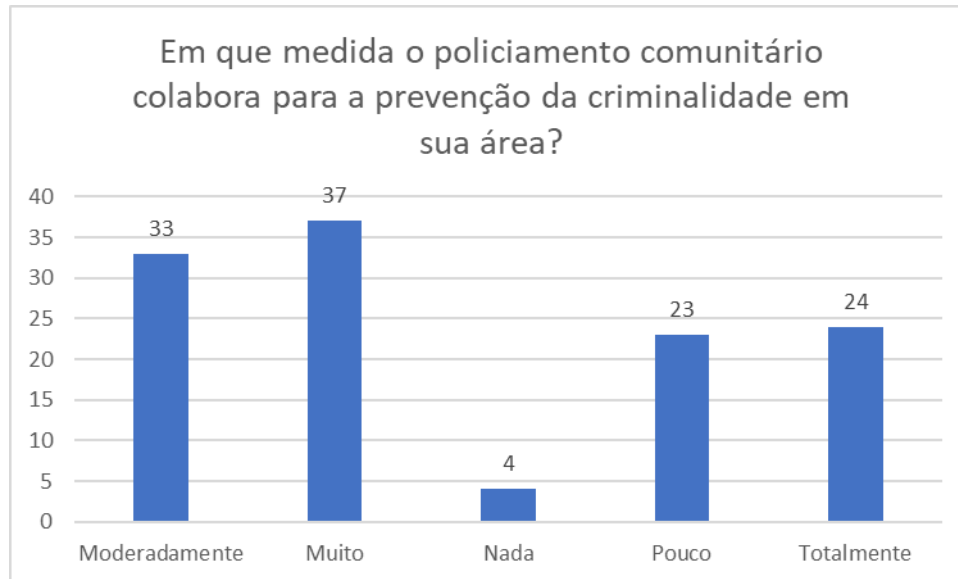


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Rodrigues (2024) atribui isso à frequência de interações positivas para construção de confiança, enquanto Barbosa (2021) examina dilemas operacionais que geram tensões, e Bohn (2013) aponta hierarquias militares e ausência de recursos como inibidoras da autonomia policial, impactando a confiança em cenários de desorganização social como o de Águas Lindas de Goiás.

A Figura 6 mostra que 57,85% percebem colaboração muito ou moderada na prevenção, alinhando-se a Filho e Frota (2023), que enfatizam o policiamento comunitário como mitigador de desorganização social por meio de integração, e Silva e Junior (2025), que comparam policiamento de proximidade e comunitário, salientando evolução para adequação à representatividade legal do Estado brasileiro.

Figura 6: Colaboração do Policiamento Comunitário na Prevenção da Criminalidade



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os impactos percebidos concentram-se em redução de crimes (45,45%) e maior sensação de segurança (42,15%), confirmando contribuições positivas das ações policiais, conforme Vantropa et al. (2023) relacionam proximidade à diminuição de vulnerabilidades comerciais.

A Tabela 3 delinea esses impactos, com ênfase em prevenção, e Bayley (2002) compara padrões internacionais, onde colaboração local reduz incidência delitiva, complementado por Fernandes (2021), que avalia potencial na redução do uso da força, apontando práticas menos repressivas como dependentes de percepções positivas dos comerciantes.

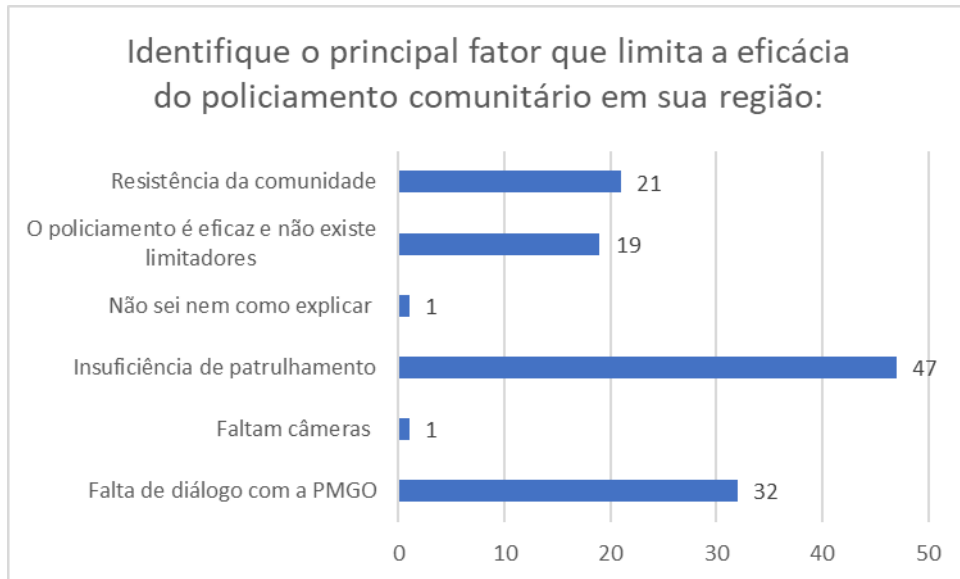
Tabela 3: Impactos Percebidos do Policiamento Comunitário no Estabelecimento

Impacto	Quantidade	Porcentagem (%)
Redução de crimes	55	45,45
Maior sensação de segurança	51	42,15
Melhoria no atendimento policial	17	14,05
Nenhum impacto	11	9,09

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Figura 7 identifica insuficiência de patrulhamento como limitador principal em 38,84%, seguido por falta de diálogo em 26,45%.

Figura 7: Principal Fator que Limita a Eficácia do Policiamento Comunitário

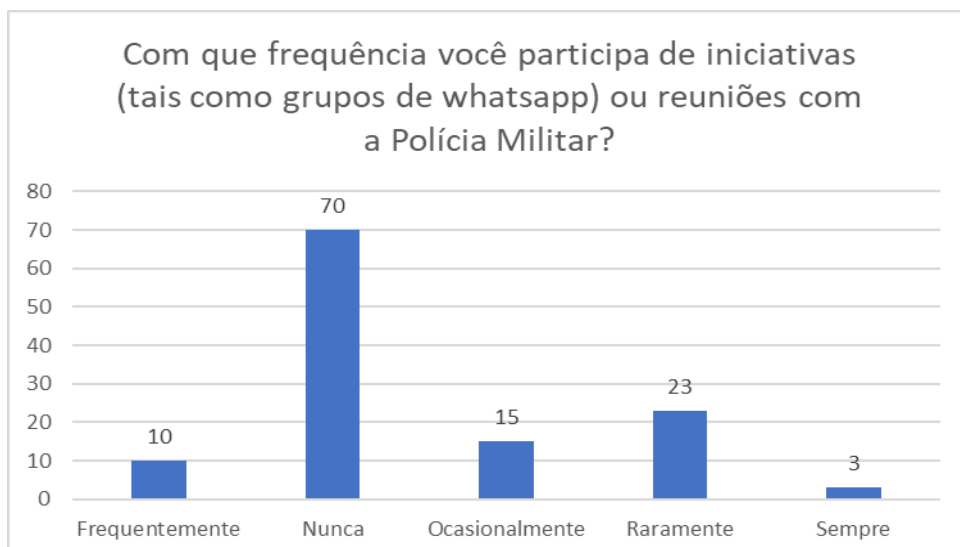


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Previdi e De Moraes (2023) analisam falta de padronização em Curitiba, sugerindo que barreiras institucionais limitam resultados, enquanto Vieira (2024) examina aplicabilidade no contexto brasileiro, e Bohn (2013) destaca centralização hierárquica e ausência de participação comunitária como obstáculos à efetivação, aliados à falta de promoção institucional.

Na Figura 8, 57,85% nunca participam de iniciativas, revelando baixa engajamento. Silva e Borba (2018) defendem envolvimento ativo dos comerciantes em reuniões para fortalecimento da segurança local, e Lacerda e Souza (2018) apontam receios de retaliações e rotinas aceleradas como inibidores em Cristalina, exigindo ações educativas para superar barreiras culturais.

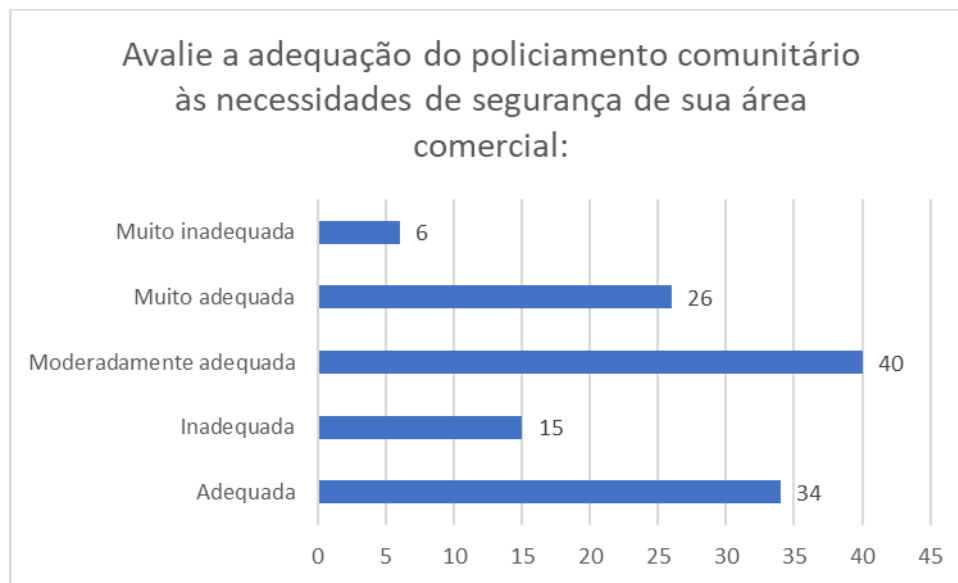
Figura 8: Frequência de Participação em Iniciativas ou Reuniões com a Polícia Militar



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Figura 9 indica adequação moderada ou adequada em 61,16%, sugerindo potencial para melhorias.

Figura 9: Adequação do Policiamento Comunitário às Necessidades de Segurança



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Nunes e Scamati (2025) propõem tecnologias como câmeras para complementar patrulhamento, ampliando interação sociedade-polícia, e Sousa Filho (2024) evidencia que adesão contínua aos princípios comunitários, sustentada por políticas públicas, determina eficácia em redução de criminalidade em Goiás.

A avaliação da atuação policial, considerando o histórico de criminalidade, é muito ou moderadamente eficaz para 79,34%, refletindo reconhecimento das estratégias da Polícia Militar de Goiás, conforme Almeida Neto e Costa (2018) destacam práticas como visitas comerciais em Cidade Ocidental para diminuição de índices.

A Tabela 4 quantifica essa avaliação positiva, alinhada a Viana e Vilarinho (2023), que investigam percepção policial em Aparecida de Goiânia, promovendo visão humanizada via redes sociais, e Bayley (2002) para comparações internacionais de padrões de policiamento colaborativo.

Tabela 4: Avaliação da Atuação Policial Considerando o Aspecto Histórico de Criminalidade

Avaliação	Quantidade	Porcentagem (%)
-----------	------------	-----------------

Muito eficaz	48	39,67
Moderadamente eficaz	48	39,67
Pouco eficaz	21	17,36
Ineficaz	3	2,48
Outros	1	0,83
Total	121	100

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

As sugestões de colaboração enfatizam fornecimento de informações em 29,17% das respostas abertas, com propostas como grupos de WhatsApp e monitoramento por câmeras, ressonando com Viana e Vilarinho (2023) sobre uso de redes sociais para participação cidadã.

A Tabela 5 categoriza essas sugestões, e Silva e Borba (2018) enfatizam participação ativa em Santa Cruz do Sul-RS para efetivação do direito à segurança.

Tabela 5: Sugestões de Colaboração como Parceiro da Segurança Pública

Categoria	Quantidade
Fornecimento de informações/denúncias	7
Ações preventivas/ser vigilante	3
Seguir orientações/ser bom cidadão	3
Grupos de WhatsApp para comunicação	2
Uso de câmeras/monitoramento	2
Valorizar o trabalho da polícia	2
Outros (ex.: não conhece opções, polícia mais presente)	5
Total de Respostas Abertas	24

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os resultados respondem ao problema de pesquisa ao demonstrar que os lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás percebem o policiamento comunitário como moderadamente eficaz na redução de criminalidade em áreas comerciais, influenciado por fatores como insuficiência de patrulhamento e baixa interação, com percepções positivas dominantes na atuação histórica da polícia.

O objetivo geral de analisar essa percepção é atendido pela identificação de contribuições para prevenção de delitos, enquanto os específicos revelam fatores predominantes na frequência de patrulhamento e resposta a incidentes para eficácia, níveis moderados de

proximidade com a Polícia Militar afetados por barreiras operacionais, e impactos na diminuição de furtos e roubos por meio de maior sensação de segurança, orientando a PMGO para estratégias de integração comunitária adaptadas ao contexto local.

5 CONCLUSÃO

Os achados da pesquisa revelam que o policiamento comunitário, sob a perspectiva de lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás, configura-se como abordagem moderadamente eficaz na mitigação de delitos em zonas comerciais, com predominância de furtos e roubos como ameaças recorrentes, e influências marcantes na frequência de patrulhamento e na interação policial. A análise das respostas demonstra padrões de percepção onde a visibilidade ostensiva emerge como vetor central para a prevenção, embora lacunas em engajamento comunitário e limitações operacionais, como insuficiência de rondas e ausência de diálogo contínuo, restrinjam a plena adesão societal às estratégias policiais.

Os resultados indicam impactos positivos na redução de incidências criminais por meio de maior sensação de segurança, com avaliações predominantes de atuação policial como moderadamente ou muito eficaz no combate histórico à criminalidade, mas barreiras como baixa participação em iniciativas coletivas e adequação moderada às demandas comerciais sinalizam oportunidades para ajustes em práticas preventivas e educativas. Essa configuração expõe a necessidade de transições institucionais na Polícia Militar de Goiás para modelos centrados na proximidade, onde prevenção atua contra desorganização social em contextos de expansão urbana acelerada e desafios socioeconômicos.

A investigação responde ao problema de pesquisa ao demonstrar que a percepção dos lojistas e comerciários sobre a eficácia do policiamento comunitário em áreas de atuação é moldada por fatores de visibilidade, resposta incidentais e proximidade institucional, com contribuições para a diminuição de vulnerabilidades locais mediante colaboração societal.

O objetivo geral de analisar essa percepção atende-se pela identificação de elementos que fortalecem a integração polícia-comunidade, enquanto os específicos revelam fatores preponderantes na eficácia do patrulhamento ostensivo, níveis moderados de proximidade afetados por tensões operacionais e impactos na prevenção de delitos em estabelecimentos comerciais.

Assim, os dados orientam políticas públicas de segurança para o fortalecimento da colaboração comunitária, com ênfase em adaptações estratégicas que promovam diálogo contínuo, uso de tecnologias para monitoramento e programas educativos adaptados ao contexto

municipal, visando à redução persistente de vulnerabilidades e ao aperfeiçoamento da legitimidade policial em Águas Lindas de Goiás.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Francisco Leôncio; COSTA, Leon Denis da. **A Prática De Policiamento Comunitário No Município De Cidade Ocidental (GO)**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2018

BARBOSA, Wendell De Freitas. Buscar e evitar a ação policial: os dilemas operacionais dos policiais militares na execução do “serviço de rua” no Ceará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 2, p. 178-195, 2021.

BAYLEY, David H. (Editor). **What Works in Policing**. New York: Oxford University Press, 1998.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Edusp; 2002.

BOHN, Maurício Futryk. Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã. **Revista Jus Navigandi, ISSN**, p. 1518-4862, 2013.

FERNANDES, Alan. Potencialidades do policiamento comunitário na redução do uso da força pelas policias militares. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 2, p. 160-177, 2021.

FILHO, Francisco Túlio Studart; FROTA, Francisco Horácio. Influência da desorganização social na criminalidade e o papel do policiamento comunitário. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 13, n. 31, p. 118-149, 2023.

LACERDA, Vitor Hugo Câmara; SOUZA, Wender Xavier de. **Policiamento Comunitário Na Cidade De Cristalina**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2018.

NUNES, Mariana Azanha Teixeira; SCAMATI, Renata Lacerda Borges. Segurança urbana em cidades inteligentes: integração de tecnologias avançadas e policiamento comunitário para redução da criminalidade. **Revista Linhas Jurídicas**, v. 12, n. 1, p. 330-354, 2025.

POLICENE, Weslei Rafael; MEDEIROS, Lino da Silva; CARASSA, Antonio Thales; MARCO, Jeremias Christian; DA SILVA, Maximiano Gabriel. **Policiamento Comunitário: Pesquisa Sociográfica no Jardim Botânico**. 34f. Trabalho acadêmico para a disciplina de Prática de Policiamento Comunitário (Curso de Oficiais) – Escola de Oficiais, Academia Policial-Militar do Guatupê, Escola Superior de Segurança Pública, São José dos Pinhais, 2013.

PREVIDI, Mauro Jalson; DE MORAES, Júlio Cezar Rodrigues. Policiamento de proximidade no bairro Cidade Industrial de Curitiba. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 10, p. 27900-27913, 2023.

RODRIGUES, Elxley Antonio. Policiamento comunitário no Paraná: eficácia na construção das relações de confiança da população. **Caderno Acadêmico Unina de Tecnologia, Sociedade e Negócios**, v. 1, n. 3, 2024.

SILVA, Daniel; BORBA, Ana Paula de Almeida. Policiamento Comunitário Como Política Pública Para A Efetivação Do Direito Fundamental À Segurança No Município De Santa Cruz Do Sul-Rs. **Revista de Direito**, v. 9, n. 1, p. 22-43, 2018.

SILVA, Carlos Agenor Bueno; JUNIOR, Estevão Holler. Policiamento de proximidade ante policiamento comunitário: sua aplicabilidade, evolução e adequação para representatividade legal do estado. **Brazilian Journal of Development**, v. 11, n. 6, p. e80486-e80486, 2025.

SOUSA FILHO, Alexandre Vargas de. **Policiamento comunitário na prevenção de crime**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

VANTROBA, Rodrigo; CAMARGO, Nayara; PRAZERES, Fabiano da Silva dos; LIMA, Luciano Antunes de. A POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO À COMUNIDADE: DA TEORIA À PRÁTICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 3438–3453, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i5.10144. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10144>. Acesso em: 28 jun. 2025.

VIANA, Lucas Nunes; VILARINHO, Tatiane Ferreira. **A eficácia do policiamento comunitário em Aparecida de Goiânia: Um estudo realizado na perspectiva do policial militar**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

VIEIRA, Airton Campos. Policiamento de proximidade ante policiamento comunitário: sua aplicabilidade, evolução e adequação para representatividade legal do estado. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 2, p. e67616-e67616, 2024.

APÊNDICE A – TÍTULO

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada Policiamento Comunitário sob a Perspectiva de Lojistas de Águas Lindas de Goiás, conduzida por Flavio Fernandes da Silva e vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos lojistas e comerciários de Águas Lindas de Goiás sobre a eficácia do policiamento comunitário.

Sua participação consistirá em responder a questionário online anônimo via QR code, com duração aproximada de 3 a 5 minutos, em data compatível com sua rotina.

Não há riscos significativos associados à sua participação nesta pesquisa, além daqueles inerentes às atividades cotidianas. Caso sinta qualquer desconforto, poderá interromper sua participação a qualquer momento. Os benefícios desta pesquisa incluem a geração de dados que podem orientar a Polícia Militar de Goiás na melhoria das estratégias de policiamento comunitário, contribuindo para a segurança local.

Seus dados serão tratados com sigilo absoluto e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Em nenhuma hipótese sua identidade será divulgada, garantindo o anonimato das informações fornecidas.

Sua participação é totalmente voluntária. Você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Caso tenha dúvidas sobre qualquer aspecto da pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável pelos meios disponibilizados.

O projeto respeitará os preceitos éticos vigentes sobre procedimentos experimentais envolvendo seres humanos. Caso necessite de mais informações, estou à disposição para esclarecimentos, através do email: apoiopesquisacientifica@gmail.com.

1) Declaro que li, compreendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

() Sim

() Não

2) Qual sua faixa etária

() menos de 25 anos

() 25 a 34 anos

- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

3) Qual seu nível de escolaridade

- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-graduação ou superior
- Outros

4) Há quanto tempo você atua como lojista ou comerciante em Águas Lindas de Goiás?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- Mais de 5 anos

5) Qual é o principal tipo de crime que afeta seu estabelecimento comercial?

- Furtos¹
- Roubos²
- Vandalismo
- Outra (especificar: _____)

¹ Considera-se furto a subtração de bem móvel sem o emprego de violência. (Ex. armas de fogo)

² Considera-se roubo a subtração de bem móvel mediante emprego de violência. (Ex. armas de fogo)

6) Com que frequência você observa a presença de policiais em sua área comercial?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Raramente ou nunca

7) Levando em consideração que policiamento comunitário traduz-se na ideia proximidade entre polícia e sociedade, quais fatores você associa à eficácia do policiamento comunitário? (marque todas que se aplicam)

- Frequência de patrulhamento
- Interação com policiais
- Resposta a incidentes
- Outra (especificar: _____)

8) Levando em consideração que policiamento comunitário traduz-se na ideia proximidade entre polícia e sociedade. Avalie o nível de interação entre você e a Polícia Militar no contexto do policiamento comunitário:

- Muito baixa
- Baixa
- Moderada
- Alta
- Muito alta

9) Em que medida o policiamento comunitário colabora para a prevenção da criminalidade em sua área?

- Nada
- Pouco
- Moderadamente
- Muito
- Totalmente

10) Quais impactos você percebe do policiamento comunitário em seu estabelecimento? (marque apenas uma)

- Redução de crimes
- Maior sensação de segurança
- Melhoria no atendimento policial
- Nenhum impacto

11) Identifique o principal fator que limita a eficácia do policiamento comunitário em sua região:

- Falta de diálogo com a PMGO

- Insuficiência de patrulhamento
- Resistência da comunidade
- Outra (especificar: _____)

12) Com que frequência você participa de iniciativas (tais como grupos de whatsapp) ou reuniões com a Polícia Militar?

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Sempre

13) Avalie a adequação do policiamento comunitário às necessidades de segurança de sua área comercial:

- Muito inadequada
- Inadequada
- Moderadamente adequada
- Adequada
- Muito adequada

14) Considerando o aspecto histórico de criminalidade na cidade de Águas Lindas de Goiás, como você avalia a atuação policial?

- Muito eficaz no combate a criminalidade
- Moderadamente eficaz no combate a criminalidade
- Pouco eficaz no combate a criminalidade
- Ineficaz no combate a criminalidade
- Outro (especificar: _____)

15) Como você poderia colaborar como parceiro da segurança pública?